



028ª CEDECONDH 27AGO2024

Pauta: Recicladores, carrinheiros e catadores. Licença para trabalhar e a Lei nº 10.531/2008 da Redução gradativa dos veículos de tração humana.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): (14h09min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH. Boa tarde, senhoras e senhores, sejam todos bem-vindos. Damos início a mais uma reunião desta comissão, com a presença deste que vos fala, presidente, Ver. Alvoní Medina; do nosso vice-presidente, proponente desta pauta, Ver. Adeli Sell; do nosso decano, Ver. Pedro Ruas; da Ver.^a Biga Pereira; do Ver. Giménis, vereador que está aqui também presente. Hoje, o tema é: recicladores, carrinheiros e catadores – licença para trabalhar e a Lei nº 10.531, de 2008, de redução gradativa dos veículos de tração animal e humana. Convido para compor a Mesa: o Sr. João Ruy Freire, diretor de Empreendedorismo Social da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; o Sr. Arceu Bandeira, diretor de Destinação Final do Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DMLU; o Sr. André Félix, da Associação Gaúcha de Empresas e Recicladores. Eu vou, de imediato, passar a palavra para o responsável pela pauta, o nosso vice-

presidente Adeli Sell, para ele chamar mais pessoas para compor a Mesa. Boa tarde a todos.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Obrigado. Não caberão todos à Mesa. Jorge Barcelos, presidente da Associação da Vila Santo André; Maria Elise Borges da Rosa; Andriele; Paulo Guarnieri; Antônio Vieira Carboneiro; Rodrigo Schley; Janaína Silveira, quem vocês acharem conveniente, pode tomar assento à Mesa. Inclusive, depois que eu passar a palavra para os meus colegas aqui, brevemente, eu peço licença ao Alvoni para que, principalmente, o Paulo Guarnieri e a Dra. Tânia possam fazer um resumo da proposição do projeto de lei que está sendo discutido com essa categoria; depois, haverá um outro segundo projeto também que está sendo discutido. É importante que toda a comunidade de catadores, coletadores, recicladores, pessoas envolvidas com a questão ambiental, especialmente com a questão dos resíduos sólidos, tenha seu espaço aqui para se manifestar, sempre o mais brevemente possível, até porque temos aqui duas secretarias da Prefeitura municipal de Porto Alegre envolvidas diretamente com essa questão. O meu colega Pedro Ruas pede para fazer uma breve manifestação, antes de mais nada.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Ver. Adeli Sell, que propõe e que conduz esta reunião, esta sessão importantíssima; meu caro Alvoni Medina, presidente; Ver. Gimenis, que é ligado ao tema, mesmo sem ser da comissão; e querida Biga Pereira, vereadora da comissão. Eu, nas pessoas do Paulo Guarnieri, do Rodrigo Schley e do Antônio, cumprimento os companheiros, as companheiras, cumprimento os representantes do governo municipal que estão aqui. E quero só dizer o seguinte, Ver. Adeli Sell: esse tema é tratado já com muito atraso; V. Exa. é um vereador dedicado a isso, eu sei, e bem, com resultados, mas nós tivemos várias oportunidades onde o problema surgiu, inclusive aqui, com ata e com tudo, temos aqui reprodução disso. E nós não temos a solução. Nós tratamos, mas nós só conseguimos até agora, são adiamentos, adiamentos do quê? Parece uma força, adiamento da força, é isso.

O que nós temos que ter é a eliminação da força. É isso que temos que ter. A eliminação, porque o adiamento, simplesmente, que é o que se tem conseguido, não adianta nada, deixa as pessoas angustiadas, não sabem o dia de amanhã, não podem ter como avisar as suas famílias. E aqui encerro dizendo, nós temos agora, e eu digo, nós Comissão, mas digo nós poder municipal, esfera municipal, nós temos a obrigação de dar uma solução definitiva para esse tema e a Câmara tem se esforçado, mas nós precisamos aí da boa vontade do Executivo. Muito obrigado.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Também me foi solicitado aqui pelo colega Alvoni, para que o Dr. Jailson fizesse parte da Mesa, de minha parte não tenho nenhuma restrição. Como eu disse antes, para que todos os catadores, carrinheiros, coletadores, pessoas envolvidas com essa questão da separação da reciclagem possam compreender um pouco daquilo que o Pedro Ruas já antecipou aqui que é a possibilidade real da continuação de trabalho das pessoas que hoje, na verdade, fazem o maior trabalho de limpeza, arrecadação de resíduos na cidade. Aqui tem várias lideranças do fórum, como a Paula, o seu Antônio, o Antônio Matos, o Bruno, e outras pessoas, sintam-se todos aqui confortados, que nós vamos tentar fazer um trabalho mais coletivo possível. Passo imediatamente a palavra para o Paulo Guarnieri que trabalha há muito tempo com esse tema, é a partir da liderança de várias pessoas que estão envolvidas com esse tema o Paulo faria uma breve fala, esclarecendo o que de fato está sendo encaminhado. E nós não faremos absolutamente nada sem ter o consenso de toda essa plateia imensa de trabalhadores que estão aqui, porque, como já foi colocado anteriormente, nós não queremos nenhuma decisão de cima para baixo, mas nós queremos que ela contemple a vida e a dignidade das pessoas.

SR. PAULO GILBERTO DE MORAES GUARNIERI: Sou conselheiro da Associação Ajuda Mútua Voluntários da Ecologia. E aqui falo em nome dos catadores, principalmente localizados ali no eixo da Voluntários, próximo à

rodoviária, Vila dos Papeiros, onde convivem fraternalmente as duas associações, Arevipa, Associação de Reciclagem Ecológica da Vila dos Papeiros, e a Associação Ajuda Mútua Voluntários da Ecologia.

Quero saudar a todas e a todos os presentes, à Mesa, Srs. Vereadores. Esse debate vem de longa data, e eu participo dele desde 2013, já ocorreram quatro prorrogações. E essa reunião de hoje, solicitada pela Arevipa e pela Voluntários da Ecologia, é uma continuidade, vamos dizer assim, daquela reunião que aconteceu em 14 de novembro, solicitada pelo Comitê Popular, hoje Associação, e nessa reunião nós temos uns apanhados taquigráficos aqui com 47 páginas, a pedido dos nossos associados, eu compilei três a quatro frases, duas às vezes, de cada vereador que falou nessa reunião, dos representantes da Prefeitura que falaram nessa reunião, e também de todos os companheiros do movimento. Todos os compromissos assumidos nessa reunião estão relatados nesse documento que eu distribuí à Mesa, infelizmente não tenho para distribuir para todos. Dito isto, é o acúmulo dessa reunião, a leitura atenta desse documento, apanhados taquigráficos, e a sistematização, porque na sistematização a gente aprende muito, conversando com o pessoal nas associações, nas duas associações, me pediram que formulasse uma proposta de projeto de lei a esta Comissão. No sentido, Ver. Alvoní Medina, de aproveitarmos ao máximo todas as contribuições ocorridas em novembro, inclusive, posições manifestadas pela Prefeitura que foram muito boas, no nosso ponto de vista. Então nós procuramos aproveitar tudo isso numa proposta. Aqui na reunião de novembro foi manifestado pela Prefeitura que recolheriam as propostas, todas as propostas levantadas na reunião e levariam para o centro do governo, para debate, para poder fazer uma devolutiva, tanto para a Câmara de vereadores quanto para os trabalhadores da reciclagem. Bom, passaram nove meses, o prazo de uma gestação e não veio à luz esse projeto, que deveria ter saído daquela reunião ocorrida em novembro. *Pari passu*, o prazo da circulação dos carrinhos venceu, 30 de junho, foi proibido. Então aqui nós temos um bando de contra leis; me desculpem, os médicos da natureza que aqui estão presentes, mas, em Porto Alegre, estão contra a lei. Isso é duro para um trabalhador. O cara carregar 300,

400 quilos nas costas por dia para alimentar a sua família, para dar um estudo digno para as crianças, e ser contra a lei. É uma coisa assim brutal. Passaram-se nove meses. Um companheiro já foi preso, um companheiro já foi preso ali na Paquetá. Inclusive a pessoa que forneceu o material para ele foi multada, por ter fornecido o material, acusado de ladrão de lixo. Mas, como assim, ladrão de lixo? Em que mundo que nós estamos, que um ser humano não tem direito nem à sobra daqueles que podem consumir. Nem isso?! Isso é o cúmulo da indignidade. O próprio Freire que, bah, é uma pessoa que eu adoro, gosto muito, já debati bastante muito com ele, e confesso que eu gosto de conversar com ele. Ele citou, eu, o Viana, o Antônio, em uma reunião que nós fizemos para conciliação com os autônomos. Bom, gente, eu não falei naquela reunião, mas vou falar hoje, essa reunião já tinha ocorrido há sete meses, e não houve devolutiva. Por isso que nós pedimos a reunião de novembro, e se passaram nove meses e até hoje não houve a devolutiva. E até hoje o que a gente ouve falar, assim, é só Todos Somos, só Todos Somos, é a troca da ocupação, que é rejeitada pela categoria, nós queremos uma oportunidade de trabalhar naquilo que a gente sabe, naquilo que a gente aprendeu por gerações.

Bom, gente, dito isso, lamentavelmente, a gente tem que dizer isso, perdemos a confiança. Desculpem, perdemos a confiança no governo, e nós não podemos esperar. Rogamos que os vereadores entendam. Nós não podemos esperar por uma terceira vez; esperamos, primeiro, por sete meses, depois por nove meses. Vocês entendem?! É passar com a espada sobre a cabeça durante quanto tempo? Então nós apelamos ao senso de humanidade dos vereadores – de humanidade –, não deixem tirar o nosso sustento e prorroguem esse prazo; por humanidade. Nós pedimos que essa prorrogação seja por quatro anos, isso contemplando coisas que foram faladas aqui na reunião de novembro, podem pesquisar. Nós queremos por quatro anos. Mas por que quatro anos? O último censo dos catadores foi feito entre 2014 e 2016 em Porto Alegre. Nós passamos por uma pandemia, nós passamos por duas enchentes, nós passamos por períodos que a economia titubeou, vamos dizer assim, e houve muito desemprego. Então a realidade das ruas não é mais a mesma, vereador. Nós

fizemos um levantamento na Arevipa, em 2020, só para vocês terem uma ideia, é trágico. Em 2020, nós fizemos um levantamento nos associados da Arevipa, 15% tinham morrido. É uma população extremamente vulnerável. Então as pessoas não são mais as mesmas, e é muito mais do que era naquela oportunidade, que não chegaram a contar todos. É só verificar no relatório do Todos Somos Porto Alegre. Vão encontrar lá metade só, de mais de 5 mil encontraram 2,6 mil apenas. Então tem que contar de novo. Tem que fazer um novo censo. Então dois anos dessa prorrogação que a gente pede, é para o governo ter tempo de fazer um novo censo, mas um censo qualitativo, que não diga só quantas pessoas são, mas que diga quantas pessoas são e como elas são, para que o governo possa propor coisas para as pessoas que elas possam executar, senão não existe inclusão. E, nesse espaço de tempo, a Lei nº 728 foi alterada; a Lei nº 728 foi alterada; o Código Municipal de Limpeza Urbana, e os coletores autônomos, que utilizam veículos automotores, eles também foram proibidos, eles também foram proibidos, os condutores de veículos automotores, além dos carrinheiros. Então essas pessoas, que também são catadores, também estão resguardados pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, eles têm que ser incluídos no cadastro sim, tanto eles como os seus ajudantes, e, mais, 2020/2021, início de 2022, vários galpões de vilas foram autuados. Pasmem! Pedindo licença ambiental, numa vila; pedindo licença ambiental; foram inúmeros galpões. Então nós vemos aí uma estratégia, uma estratégia de proibir carrinho, proibir caminhão, proibir caminhonete e proibir os galpões no fim. Então, toda essa população, que a comunidade estima que são mais de sete mil, vai ficar sem o sustento, vereadores. É disso que nós estamos tratando. O que nós queremos que a Prefeitura entenda é que todos somos catadores, independente do veículo que se usa e do trabalho que se faz na cadeia produtiva, porque o que maneja o material reciclável dentro do galpão de vila, ele também é catador, ele está classificado assim no código brasileiro de ocupações – CBO – Classificação Brasileira de Ocupações –; não é só o que coleta, o que maneja também é catador. Está lá no código nacional. E se reconhecido pelo código nacional, quem é Porto Alegre para dizer que não? É isso que nós apelamos:

um novo censo que inclua carrinhos, os condutores de veículos automotores que coletam resíduos recicláveis e os trabalhadores de galpões de manejo que existem nas vilas. Um censo completo de todos os catadores. E isso não se consegue em menos de dois anos. E eu gosto do Freire, por isso que eu o cito; o Freire, em novembro, ele reconheceu que a Prefeitura não sabe quantos são hoje, então tem que contar. Dois anos para contar, vereadores. E dois anos para organizar um projeto que inclua todos eles que foram cadastrados, mas um projeto ou um grupo de trabalho estabelecido entre Prefeitura, Câmara de Vereadores e associações representativas dos catadores, com participação popular. Eles têm que participar do projeto que é deles, é para a vida deles. Não é justo que seja preparado a quatro paredes e depois empurrado goela abaixo, então, com participação. Precisamos de um novo programa em Porto Alegre, um novo programa que incorpore todas essas pessoas que não foram incorporadas e mais, que aproveitem todas as rotas de coleta. Vocês não imaginam o patrimônio que é isso. Essas pessoas por gerações, há mais de 40 anos, eles fazem educação ambiental porta a porta em condomínio, em comércio, ensinando, eles ensinam comerciantes e síndicos que muitas vezes têm anel de doutor no dedo e não sabem separar o resíduo, e eles é que ensinam. (Palmas.) Por décadas, eles estabeleceram rotas de coleta pela cidade e têm uma produção fantástica. Do 4º Distrito, são mais de duas mil pessoas. Todo o sistema municipal de tratamento de resíduos produz não mais de 1.200 tonelada/mês. Esse pessoal, só no 4º Distrito, produz 950 toneladas, quase a mesma coisa. Imaginem em toda a cidade. É disso que nós estamos tratando, vereadores. Esse resíduo é retirado do aterro, a Prefeitura deixa de gastar para ir para o aterro sanitário prejudicar o meio ambiente. Então, nós precisamos de um programa inteligente que incorpore as pessoas, que garanta a renda dessas famílias que, como eu disse, são quase sete mil em Porto Alegre. Se nós calcularmos o total da família das pessoas, são quase 30 mil. Quantos municípios no Estado têm essa população? É disso que nós estamos falando. Eu me alonguei demais, desculpe. Muito obrigado. (Palmas.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): Foi muito interessante. Eu queria chamar aqui para a mesa também a Paula Medeiros do Fórum dos Catadores e o Sr. Fagner do Movimento Nacional dos Catadores. Por favor, tem duas cadeiras ainda, tomem assento aqui à mesa. E, se necessário for, depois a Dra. Tânia pode fazer alguns complementos, mas eu acho que a gente podia, imediatamente, ouvir a Prefeitura para abrir o debate. Pode ser assim o procedimento? (Pausa.) Então, por favor, Freire, com a palavra em nome da Prefeitura.

SR. JOÃO RUY FREIRE: Sou João Ruy Freire da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Prefeitura de Porto Alegre. Guarnieri, que bom que tu gostas de mim, porque a gente tem conversado algumas vezes e temos coisas em comum. Não chegamos ainda em tudo que a gente deseja construir, mas algumas coisas tu vais ver que estão na mesma direção.

Sobre a legislação, vereadores, eu não sou do Legislativo, não estou como representante que tem assento como vocês, vereadores aqui, então eu vou me ater às questões técnicas, até porque o Guarnieri trouxe belas contribuições que a gente já tinha escutado e trabalhamos no governo para fazer algo na direção apontada, que é de consenso. O Guarnieri citou aqui um ponto que acho bastante importante, nós temos que conhecer quem são essas pessoas e, para isso, Guarnieri, nós conversamos há quase um ano – estava o Viana, estava o Guarnieri, o Carboneiro e mais alguns que eu não me lembro quem – mas, enfim, para fazer essa investigação qualitativa. Ela iniciou fazendo uma investigação bibliográfica do que existe no mundo, o que existe no Brasil e o que existe no Brasil e do que existe em Porto Alegre sobre carrinheiros, recicladores e catadores, o que tem já de conhecimento sobre isso. Isso iniciou em janeiro, rodou, já temos um bom material de investigação e fomos inundados. Quando nós íamos a campo, nos três primeiros meses do ano para fazer a parte bibliográfica, a cidade inundou. Estamos aí com uma prorrogação do...

(Manifestações fora do microfone.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): Pessoal, vamos deixar o Sr. Freire falar e depois a palavra vai estar aberta aos representantes e qualquer pessoa que vai falar. Como eu disse anteriormente, esse novo projeto vai ser trabalhado coletivamente. Eu tive o prazer de conduzir esse processo até aqui, vou conduzi-lo aqui para frente, vocês podem ter segurança de que os vossos direitos vão ser resguardados. Freire.

SR. JOÃO RUY FREIRE: Então, dando sequência na ideia que foi colocada aqui pelo Guarnieri, que a gente já tinha discutido, está em andamento, é uma avaliação sobre o que nós temos nesse grupo social. E tu sabes bem que não é uma um tipo só, não é um perfil só, tem jovens, tem pessoas de mais idade, tem pessoas de todo o espectro que precisam de políticas públicas adequadas. Então esse trabalho está sendo realizado, foi interrompido por causa da enchente. Hoje mesmo eu estava fazendo uma reunião com a PGM para ver como é que a gente faz a legalização da retomada do contrato. É um contrato em andamento, mas ele foi suspenso pela enchente. Então esse é um material que vai nos ajudar, a partir de evidências, a estabelecer políticas públicas, diferentemente de políticas públicas estabelecidas sem base, sem conhecimento. Nós vamos ter conhecimento para criar políticas públicas, sejam elas as que forem. Também foi criado, nesse tempo, e aí também de conhecimento dos que eu já citei aqui, um programa para aqueles recicladores, aqueles catadores que quiserem já se inserir em outros mercados será possível. Será possível para aqueles que quiserem, se interessarem a partir da identificação de vagas no mercado e com uma bolsa, com um incentivo de capacitação para essa pessoa se viabilizar no período de capacitação. Esse processo está contratado com o Senac, Ver. Alvoni, mas também foi suspenso, esse contrato está também fechado para entrar assim que a gente terminar o período eleitoral. Por quê? Nós íamos iniciar antes do período eleitoral, estava determinado pelo prefeito iniciar antes do período eleitoral, para provavelmente jovens que têm ainda uma perspectiva de se qualificar e de adentrar ao mercado de trabalho. E assim fizemos, só que, com a enchente, suspendemos o trabalho

e ele vai ser retomado tão logo passar o período eleitoral. Então com esses dois projetos, nós imaginamos que nós estaremos dando um passo adiante no processo de realocação, como foram usadas aqui as palavras pelo Guarnieri. E assim a gente pensa que pode ajudar. No mesmo sentido, se trabalha permanentemente, e vai se continuar agora, com a reforma de nove unidades de triagem, cujos projetos estão em execução para qualificar esses ambientes. E aqui tem vários líderes dessas unidades de triagem que têm projeto licitado para reformar, com dinheiro do BID, que vão entrar até o fim do ano para qualificar essas estruturas e poder receber mais gente para trabalhar. Isso é fato e aqui estão pessoas que sabem disso, que são testemunhas e que assinaram ata de reunião dizendo que aprovam a contratação do projeto. Nós contratamos o projeto, está em elaboração. E nós vamos fazer as reformas necessárias para que estruturas que estão hoje bastante prejudicadas por causa de enchente de 25 de setembro, destelhamento em 16 de janeiro, a inundação de maio e junho vão estar qualificadas para receber pessoas para trabalhar. Também está contratado, está iniciado o projeto de uma unidade de triagem para os autônomos. Nós já temos o terreno, temos definido o que será - com os autônomos, em diálogo com os autônomos - essa unidade e quantas pessoas essa unidade vai abrigar. Então são fatos que estão em andamento e a gente espera que a gente dê sequência a esses processos. Como eu disse no início, sobre a questão da lei, da proposta de uma legislação que altere aqui a Lei nº 10.531, eu deixaria com os vereadores, com as pessoas que estão mais envolvidas na política para definirem o andamento disso. Mas do ponto de vista técnico da SMDS, nós temos esses três projetos que são sólidos e consistentes para fazer o encaminhamento dessas situações. Era isso.

VEREADOR ADELI SELL (PT): O conteúdo da lei o senhor já recebeu, assim como o Sr. Arceu também. O diretor Arceu, do DMLU, gostaria de complementar? (Pausa.) Neste momento não. A palavra nós vamos dispor tanto para as pessoas da Mesa, os vereadores e quem está aqui, como para o plenário também. Agradecemos sempre a presença e o empenho que vocês fizeram para

estar aqui. Algumas pessoas eu já citei, cito também a presença da Any Moraes, queremos agradecer às pessoas que estão nesse movimento, estão colaborando, a Maninha, representando o nosso deputado Radde.

Pessoal, a palavra está à disposição.

SRA. ANA REGINA MEDEIROS DE LIMA: Sou a Maninha Medeiros, sou do gabinete do deputado Leonel Radde e também da sou coordenadora da Frente Parlamentar Estadual das Catadoras e Catadores. Eu quero me engajar na fala do Freire, quando ele fala de todos esses projetos que a Prefeitura vem apresentar, que já são de mais de 20 anos desses projetos sempre querendo tirar o catador do seu trabalho, mas aí eu acho que a Prefeitura até hoje não entendeu que o catador tem orgulho de ser catador, ninguém quer ser outra coisa! (Palmas.) Eu acho que a Prefeitura tem que começar a respeitar isso, as pessoas estão a vida toda fazendo isso e é isso que elas sabem fazer. Eu acho que a Prefeitura – sei que tu não representas o prefeito, Freire, tu representas uma secretaria, mas tu estás aqui enquanto Prefeitura – e o prefeito têm sim que retirar essa lei que proíbe os carrinheiros de circular em Porto Alegre, porque é um serviço digno, eu acho que este é o momento em que a gente está aqui, todo mundo junto, de dizer que os grupos organizados em UTs não são contra o trabalho dos catadores de rua, como a Prefeitura sempre implantou essa imagem, essa discórdia entre os catadores que estão dentro das UTs e os que trabalham autônomos. Eu entendo e agradeço ao Adeli por ter nos atendido imediatamente pela questão de trazer e de tentar mudar essa lei. A gente teve um episódio, um mês atrás, de um catador que foi apreendido pela Guarda Municipal, pela SMIC, teve todo o material dele retirado, o carrinho, e o rapaz ainda foi multado, e a loja que doou o material para o rapaz também foi multada, então já é a execução da lei. Assim, não esqueçam, Freire e Arceu, que estão aqui representando a Prefeitura: os catadores querem continuar sendo catadores, só respeitem isso, por favor.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Quero também anunciar aqui a presença do Leonel, conhecido de vocês, que é ligado ao gabinete do nosso senador Paulo Paim. Por favor, digam sempre o seu nome completo, está sendo gravado e passa na televisão.

ANA PAULA MEDEIROS DE LIMA: Estou atualmente secretária do Fórum Municipal de Catadores de Porto Alegre, participo também como conselheira do Fundo de Reciclagem Municipal de Porto Alegre, e acho que hoje aqui a gente vai conseguir, a categoria, demonstrar algumas situações que são importantes para todas as catadoras e para todos os catadores. Provavelmente a minha fala vai complementar uma fala de outro companheiro. O que eu queria trazer aqui, e que gostaria que a Prefeitura de alguma forma dissesse, hoje representada aqui pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e pelo DMLU, é a gente compreender o que está sendo pensado em relação às catadoras e aos catadores autônomos de rua, carrinheiros, em relação ao programa, à parceria público-privada, PPP, que está sendo prevista para ser instaurada no Município logo depois das eleições, independentemente do resultado. Em nenhum momento a gente vê... Nós, enquanto catadoras das unidades de triagem, já estamos sofrendo na pele uma PPP que ainda nem aconteceu, então a gente quer saber o que a Prefeitura está pensando em relação aos carrinheiros, essa possibilidade de parceria público-privada. Para vocês terem uma ideia, numa apresentação básica de uma possível ideia de uma PPP, a ideia dessa empresa é contratar as catadoras e os catadores que estão dentro das unidades de triagem, a gente passar a ser funcionários deles, perdendo totalmente a autonomia e a gestão que a gente, durante 30, 40, 50 anos, conquistou, principalmente dentro das nossas comunidades. Então eu gostaria de saber, a Secretaria Municipal e o DMLU participam de todas as reuniões de tratativas da PPP, sabemos inclusive de movimentações bem atuais, inclusive com empresas já procurando os grupos, para saber como funciona, como vai ser dentro do Município; então gostaria saber se existe uma previsão de como a PPP trataria a questão dos carrinheiros na cidade.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Perfeito. Há bastantes pessoas inscritas, não se preocupem, vai dar para todo mundo falar. Vou só passar aqui para o Ver. Gimenis falar, depois o Dr. Jailson, depois eu sigo as inscrições.

VEREADOR EVERTON GIMENIS (PT): Boa tarde a todos e todas, queria saudar aqui o meu colega, o Ver. Adeli Sell, por ser proponente deste tema, desta discussão tão importante; Ver. Medina, presidente da comissão; Ver.^a Biga, integrante da comissão; eu não sou da comissão, mas fiz questão de estar aqui, porque eu acho que todos os temas que dizem respeito à nossa cidade, principalmente, para mim que sou oriundo do movimento sindical, do mundo do trabalho, os temas que dizem respeito aos trabalhadores, às trabalhadoras, à geração de emprego e renda, para mim, são fundamentais. Então queria saudar, em nome aqui do Paulo Guarnieri, que falou aqui no início; o Viana, lá da Arevipa, o Seu Antonio Viana Carboneiro; e todos os catadores e catadoras que estão aqui. É importante a presença de vocês aqui, porque aqui é a Casa do Povo; portanto, as demandas do povo têm que estar aqui dentro e vocês têm que estar aqui para fazer essas demandas. Esse tema, infelizmente, volta aqui, e eu acho que o ideal seria a revogação dessa lei (Palmas), porque nós temos que revogar essa lei, porque nós não podemos ter os catadores e as catadoras com essa espada no pescoço, sobre a sua cabeça sempre, que de tantos em tantos meses têm que vir aqui para lutar pela prorrogação de um direito que deveria ser deles. Então já teve várias prorrogações e agora de novo, e mostrando que vocês têm boa vontade, que querem negociar esse projeto que o Paulo Guarnieri apresentou, está até pedindo prorrogação por quatro anos, dois para fazer o censo e mais dois. Isso mostra que vocês têm boa vontade, já que tem intransigência do outro lado, de revogar a lei, de tentar negociar. Então o mínimo que a Prefeitura, que os gestores desta cidade devem fazer, é aceitar essa prorrogação dos quatro anos, mas o ideal mesmo seria começar do zero, revogar essa lei e começar a discutir com vocês, porque vocês são, como diziam alguns, os protetores do meio ambiente. A reciclagem de lixo, de resíduos é muito

importante para a nossa cidade. (Palmas.) Hoje que nós estamos discutindo a emergência climática, o serviço de vocês é fundamental; então ao invés de vocês serem valorizados, terem um piso mínimo, terem condições nas reciclagens, que eu fui em várias reciclagens, estão todas com problemas, e a Prefeitura não vai lá para arrumar as reciclagens, para consertar, para dar condições dignas. Eu fui na Arevipa esses tempos – né, Viana –, estava lá cheio de lixo, desde a enchente que o DMLU não foi capaz de tirar o lixo lá da Arevipa.

(Manifestações na plateia.)

VEREADOR EVERTON GIMENIS (PT): E ainda está o lixo lá, que tem centenas de família da Vila dos Papeleiros que vivem do trabalho lá, e o DMLU não é capaz inclusive de limpar lá. Então, ao invés de dar condições de trabalho para essas pessoas, dar dignidade, porque, como disse o Paulo Guarnieri, me tocou aquela frase dele, é uma indignidade que estão fazendo, não dar o direito às pessoas nem de viverem da sobra daqueles que têm muito. Porque estão proibindo inclusive isso, inclusive, prendendo companheiros que trabalham, porque o trabalho de vocês é digno e é um trabalho importantíssimo para a sociedade. Portanto, apesar de não ser da comissão, eu vim aqui e fiz questão de me manifestar defendendo a revogação dessa lei e um projeto que qualifique, dê dignidade para os catadores e catadores aqui de Porto Alegre e para as reciclagens de resíduos da nossa cidade. Obrigado. (Palmas.)

VEREADOR ADELI SELL: É muito importante que o conjunto dos vereadores se envolva com essa questão. Como eu já disse anteriormente, a gente tinha feito um projeto, aí veio essa discussão, está suspenso para que a gente possa trabalhar conjuntamente aqui. Eu creio que, ao final, a comissão inclusive vá abraçar todos juntos, que não seja de uma pessoa. Eu vou intercalar entre falas da mesa e do plenário. Em seguida, o Dr. Jaílson está com a palavra.

SR. JAÍLSON JOSÉ REINALDO: Sou representante da AGER – Associação Gaúcha de Empresas e Recicladores. Só para deixar consignado aos senhores que as empresas estão juntas com vocês. Vocês fazem parte da cadeia e precisam trabalhar juntos, para ficar bem consignado isso. Falando de acordo com a legislação, e acabo fazendo uma fala um pouco mais técnica, mas acho fundamental, se estamos falando da aplicação da lei, por que não aplicação sistemática? A lei é de 2008, e agora o representante da Prefeitura vem falar no censo, na qualificação dos profissionais, mas, há um mês, houve a prisão de um trabalhador. E aí eu fico confuso, porque se a aplicação começa pela proibição e não pela qualificação dos profissionais, não pelas medidas públicas, pelas políticas públicas que a lei prevê, como o vereador muito bem falou, a revogação é medida que se impõe. Não há que se falar em continuar com essa lei aqui, na aplicação, vou utilizar um termo chulo, capenga, porque aplica somente a proibição, mas a qualificação dos profissionais e as políticas públicas, a parte que incumbe ao poder público não foi cumprida. Jamais foi cumprida! E hoje há prisão de um profissional, que até hoje, eu enquanto advogado estou tentando entender como é que prenderam o Branco, como é que prenderam ele, não consigo entender que prisão foi essa, que pegaram o resíduo que ele estava reciclando, e aí jogaram no lixo. Transformaram o resíduo, que teria a destinação correta, jogaram no lixo orgânico. É um crime ambiental que fizeram, e ele saiu de lá algemado. Ele ouviu do policial militar... (Palmas.) Ele ouviu do policial militar constrangido que, pela primeira vez, estava prendendo um trabalhador, ele ouviu. É um absurdo, eu não consegui entender ainda, mas nós vamos ver esse inquérito, aí vamos entender o que está acontecendo. Nós vamos entender o que está acontecendo aí, porque essa prisão não tem justificativa nenhuma. Então, vereadores, eu imploro para os senhores, essa lei, não pode ser prorrogado o prazo, ela tem que ser revogada.(Palmas.) Não há como continuar dessa maneira.

(Manifestações na plateia.)

VEREADOR ADELI SELL: Obrigado. Vocês vão ver, vocês devem ter recebido, o Guarnieri já deve ter explicado. Nós já temos uma pré-minuta, que é como se diz, é um esboço, um rascunho, que nós vamos ver aqui, inclusive, que a gente faça isso em conjunto aqui, pela comissão, que tenha força para que o desejo, a vontade, como já foi dito aqui, a lei avance e que tenha dignidade para as pessoas. Eu chamo agora o Ismael Luiz da Silva, ele é da Associação de Ajuda Mútua Voluntários da Ecologia.

SR. ISMAEL LUIZ DA SILVA: Eu sou Ismael Luiz da Silva, sou presidente da Associação de Ajuda Mútua Voluntários da Ecologia, estamos sempre na luta, sou papeleiro desde 1998, quando eu comecei a puxar carrinho, carrinheiro. Eu acho que essa lei é um absurdo. Acho que tem que é acabar com essa lei mesmo, tem que ser revogada, porque, além de eu ser papeleiro, eu sustento minha família, tenho quatro filhas, hoje já são duas adultas, sou pai atípico. No meio disso tudo, eu crio as minhas filhas com a reciclagem, desde sempre, não sei fazer outra coisa. Eu estou com 41 anos, assim como várias pessoas aí que trabalham com a reciclagem, tem gente de idade, não tem como conseguir outros empregos, então, o cabível é trabalhar. Revogar essa lei é o melhor caminho para todos, porque tem muito pai de família que trabalha com isso. (Palmas.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): Muito obrigado. Eu vou chamar sempre uma pessoa da mesa e outra do plenário. O próximo é o Sr. Rodrigo.

SR. RODRIGO HENRIQUE COSTA SCHLEY: Eu me chamo Rodrigo, sou coordenador da Associação Desabafa, ali no bairro Farrapos, onde temos 19 comunidades compostas, boa parte por catadores e catadoras das nossas comunidades, nossas ocupações. Nós trabalhamos com os catadores, assim como trabalhamos com as comunidades, porque faz parte o nosso contexto. Eles estão nas comunidades e é boa parte. A gente sabe, caminhando por essas comunidades, o quão alto é o grau de desemprego e formalidade. E boa parte desses trabalhadores, dessas pessoas acaba encontrando na reciclagem, na

catação de resíduos sólidos, que é a atividade que, muitas vezes, eles exercem como alternativa para a sobrevivência da sua família, para a subsistência. Então, quando se trata de debater a alteração da Lei nº 10.531, trata-se de garantir o direito ao trabalho dessas pessoas, pessoas que estão excluídas do mercado de trabalho, que não encontram alternativa. Mas mesmo que encontrassem, eu, nessa minha convivência com muitos catadores, admiro e cada vez mais a consciência dessas pessoas, desses trabalhadores e o grau de união que eles têm e de identificação com a sua profissão, a tal ponto que eles mesmo se reconhecem como médicos da natureza, como trabalhadores em benefício do meio ambiente, pequenos ecologistas, porque, se não fosse o trabalho deles, provavelmente a Prefeitura não daria conta de recolher todo material que está jogado nas ruas e que muitas vezes vai parar nos vales, nos arroios, nas bocas-de-lobo, e a gente sabe, com as enchentes, o resultado que está. Mas acho que mais do que alterar a lei ou prorrogá-la, é preciso formular uma nova política para tratamento dos resíduos sólidos em Porto Alegre. A Política Nacional dos Resíduos Sólidos reconhece a atividade da catção como uma atividade da cadeia produtiva da reciclagem. Não pode a lei municipal excluir essa atividade, porque está em contradição com a lei nacional e exclui uma grande parte das pessoas que trabalham com isso. Então, eu acho que as alternativas propostas aqui pela Prefeitura são mais do mesmo, elas não alteram aquilo que já foi colocado em prática e que não funcionou, que é tentar tirar as pessoas dessa atividade e colocá-las em outras, já tem experiências. Nós tivemos muitos anos aí da aplicação do Programa Somos Porto Alegre, e o resultado demonstrou. Eu acho que, quando a gente avalia uma política pública, é preciso avaliar também os resultados. Quando os resultados não são satisfatórios, precisam mudar. Então, esses trabalhadores precisam ser incluídos, precisam de uma política, em primeiro lugar. Eu acho que o Paulo Guarnieri colocou muito bem: precisam saber, conhecer quem são, como vivem, quantas famílias são. Em segundo lugar, eles precisam ser incluídos na elaboração da política. Eles precisam ser ouvidos e ser considerados na sua dimensão, na sua perspectiva. A política não pode ser elaborada sem a participação dos catadores. Claro, concordo com o

Ver. Gimenez, o ideal seria extinguir essa lei e recomeçar uma discussão. Mas acho que, dentro dessa negociação, há uma prorrogação com o tempo suficiente que se possa elaborar essa discussão, fazer o censo e elaborar uma nova política. Mas eu acho que a exclusão da política da lei seria o ideal. (Manifestações da plateia.) E uma lei que busque a valorização, a inclusão, a qualificação dos trabalhos dentro da atividade da reciclagem, porque eles não querem deixar de ser recicladores, não querem deixar de ser catadores, têm orgulho da sua atividade e orgulho da contribuição que dão à cidade e ao meio ambiente, e, portanto, merecem ser respeitados e mantidos na sua atividade. Muito obrigado.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Obrigado, Rodrigo Schley. Adiantando que o processo é uma discussão coletiva. Nós temos uma possibilidade de fazer um segundo projeto mais amplo, mas, nesse primeiro momento, nós queremos alinhar, acertar um projeto que dê conta dessa questão da proibição. E nós já aqui, conversando aqui na Mesa, já vamos fazer também uma indicação para a Prefeitura sobre o censo, porque isso independe de lei, é nós nos manifestarmos sobre isso. Então, vou continuar fazendo um do plenário e um da mesa, e vamos tentar manter os três minutos, por favor. O João Roberto Fraga, vice-presidente da Arevipa está com a palavra.

SR. JOÃO ROBERTO FRAGA: Boa tarde, meu nome é João Roberto Fraga, sou vice-presidente da Arevipa. Sou um catador, comecei na catação quando saí da cadeia, sou um ex-albergado, queria uma vida fácil, fui preso por tráfico de drogas e agora o seu Sebastião Melo quer nos tirar da rua, como tem outros parlamentares que também querem nos ver longe da rua. O que eu tenho a dizer? Somos uma família unida, queremos trabalhar. E essa história de todos somos Porto Alegre é só pra quem tem poder aquisitivo, porque para nós catadores e para quem anda com más vestes: todos fora de Porto Alegre. Então eu queria, por gentileza, pedir um favor aos senhores, para ver se eliminamos essa lei aí, que deixem a gente trabalhar, porque a gente faz um trabalho

comunitário, não ganhamos nada da Prefeitura. No que é que nós estamos prejudicando? Clandestino e ladrão de lixo é como somos chamados. Só queremos trabalhar. Obrigado. É isso.

VEREADOR ADELI SELL (PT): A próxima inscrição do senhor André Rolim.

SR. ANDRÉ ROLIM: Meu nome é André Rolim, presidente da AGER, Associação de Recicladores do Rio Grande do Sul. Quero aqui deixar um boa-tarde a todos os catadores e a todas as pessoas, agradecer à Mesa, ao presidente Medina e a todos da Mesa também. Vou contar um pouquinho da minha história para o pessoal entender um pouco, os vereadores também. O meu avô ele foi catador, ele começou com carroça, ele catava na Vila Farrapos com carroça. Meu pai também foi reciclador, faleceu. E hoje eu também sou reciclador, eu também faço parte dessa cadeia de reciclagem. O que está acontecendo, que, provavelmente, as pessoas não tão se dando conta? Essa lei foi criada pelo atual prefeito de Porto Alegre, ou seja, já se vem construindo uma ideia de que, primeiramente, digo aqui a vocês, o meu avô foi proibido de trabalhar porque ele usava carroça – um trabalhador da reciclagem. E agora, o que eles estão fazendo? Exatamente essa gestão está querendo proibir os catadores de reciclagem, ou seja, eles querem proibir vocês de trabalhar. Outra coisa que está acontecendo também, nós que somos recicladores, que temos um ponto, uma portinha ou algum estabelecimento comercial, a Prefeitura não libera alvará para ninguém, mesmo tendo uma resolução falando que áreas com menos de 200 metros quadrados não precisam de alvará. Daqui um pouquinho, pessoal, o que vai acontecer é que a Prefeitura não quer mais que o pessoal da reciclagem trabalhe. Por isso que eu falo a todos vocês hoje aqui, que a gente tem que ter a consciência de que nós temos um planeta. Vereadores, digo pra vocês: nós não temos dois planetas. Quando vocês pegam, quando eu pego, ou todas as pessoas pegam o lixo e jogam para fora de casa, ele não está botando o lixo para fora não, ele está botando lixo dentro do planeta. Então nós temos que pensar de uma forma muito coerente e que, como o João falou ali, nós só

queremos trabalhar. Nós só queremos trabalhar. Por isso que eu falo para vocês todos aqui: temos que revogar essa lei inerte imediatamente. Essa lei tem que ser revogada. Revoga a lei! Obrigado.

VEREADOR ADELI SELL (PT): A Ver.^a Abigail Pereira está com a palavra.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Ver. Adeli. Cumprimento V. Exa. por trazer esse debate que é um debate que já se arrasta – não é, Guarnieri? – sem a apresentação de uma solução por parte do poder público. Então, eu me inscrevi para dizer a vocês que pela falta de alternativa... Se a gente retomar da reunião passada, o Guarnieri inclusive nos traz aqui várias falas. A associação, que eu cumprimento, a Arevipa, e os voluntários da ecologia... Eu vou ler aqui para vocês... Por exemplo, a tua fala Freire: “Entrei no governo exatamente convidado a fazer uma política pública para o pessoal da reciclagem, para todos esses grupos que trabalham de forma organizada e de forma autônoma para inclusão social e digna.” Bom, se entrou na Prefeitura para fazer isso, cadê a resposta? Cadê? Cadê a inclusão? Gente, sem inclusão não há proibição. Não pode haver proibição. O trabalho digno que vocês realizam, o trabalho e a educação ecológica que vocês ensinam a comunidade, esta cidade sequer tem os *containers* para o lixo orgânico, muito menos para o lixo reciclável, vocês têm que catá-los. Os carrinheiros catam esse lixo. As pessoas agradecem que vocês tiram esses resíduos em frente às casas, e a Prefeitura tinha que agradecer porque não precisa levar para Minas do Leão, não é? Tinha que agradecer, mas aí quer proibir, mas não oferece nada de alternativa no lugar. Como assim? “Não, vamos alterar isso, mas vamos oferecer aquilo”.

Eu conheço o trabalho de vocês, Leonel, muito bom te ver aqui. O Leonel que também é um defensor da nossa ecologia. Tem aqui o Matos, o Guarnieri, a Paula, pessoas que conhecem e que nos ensinam. Acho que tu trazes, Paula, uma questão bem importante da autonomia de vocês, que vocês não querem perder essa autonomia.

Eu tenho proposto, tenho falado que o importante é nós conversarmos, Guarnieri, sobre uma política pública de parceria comunitária, que eleve, que faça parcerias com a associação de reciclagem, que faça parceria com os voluntários da ecologia. E essa parceria tem que ser ovacionada. Esta Comissão, em que vocês estão hoje nesse debate, é uma comissão de direitos humanos. Defender o direito humano é defender também a possibilidade de as pessoas sustentarem as suas famílias, que é o que vocês fazem. É esse direito que esta Comissão defende. Portanto, eu proponho, Adeli, que a Comissão, de forma unânime, encaminhe para esta Casa essa resolução da defesa do trabalho deles.

Neste momento, eu acho que o importante é nós prorrogarmos, sabendo que todos nós – todos que se manifestaram aqui – defendemos a revogação dessa lei. Mas, de forma tática, Adeli, eu penso que a gente deve encaminhar enquanto Comissão para a prorrogação dela. E nós, Rodrigo, o desabafo que também de quem tem já uma expertise trabalhando com toda a associação de reciclagem. E, da reciclagem, gente, como uma cadeia produtiva. Eu sei o plenário da grande maioria que está aqui é de homens carrinheiros, mas, quando a gente vai lá às unidades de tratamento, a grande maioria é de mulheres que trabalham para ajudar. Mulheres que trabalham não só para ajudar no orçamento doméstico, mas que são as chefes de família. E eu conheço muitas dessas unidades, e me dá tristeza de ir como à do Porto Novo e ver que está toda destelhada, que chove dentro, que perde inclusive muito do trabalho que ela tem para fazer para a chuva. Mais de ano, gente, nós pedimos à Prefeitura providências. E, Adeli, não chega a providência de ir lá e cobrir aquela unidade em que as empresas vão lá e depositam o lixo ao redor, sequer colocam no lugar certo. Está cheio de rato ao lado de uma escola, gente, ao lado de uma escola. Ou seja, Freire, a Prefeitura está preocupada mesmo com essa situação? Que medidas oferece para a sociedade de como tratar a reciclagem, de como tratar os resíduos sólidos e de como tratar as pessoas que têm feito esse trabalho, e não oferece nenhuma alternativa.

Portanto, para terminar, eu quero aqui deixar algumas questões de pergunta, Ver. Adeli, foi anunciado aqui que vai ter nove unidades de triagem financiadas com empréstimo do BID – bacana –, e que já vai abrir essa nova unidade. Nós precisamos saber onde é esse terreno que foi anunciado, que tamanho vai ser essa unidade, quantos trabalhadores serão absorvidos nessa unidade? É importante que se mate a cobra e mostre o pau, é isso que nós queremos ver. Não é? (Palmas.) Tamos junto!

VEREADOR ADELI SELL (PT): O Sr. Antônio Viana Carboneiro está com a palavra.

SR. ANTÔNIO VIANA CARBONEIRO: Eu sou presidente da Associação de Reciclagem Ecológica da Vila dos Papeleiros, com muito orgulho. Sou papeleiro, só não estou puxando papel agora porque eles comeram a minha perna com farinha, não é? Mas, se eu tivesse a minha perna, eu estaria puxando o carrinho, porque eu me orgulho dessa profissão. Outra coisa, eu tenho aqui na plateia mulheres carrinheiras. Vamos levantar, minhas carrinheiras? (Palmas.)

Eu também tenho o rapaz que foi preso, que prenderam o carrinho. Está ali ele. Só falaram que ele foi preso, mas ninguém o viu.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Solidariedade.

SR. ANTÔNIO VIANA CARBONEIRO: Ele está aí. Quer dizer que, por exemplo, essa lei que tem nos prejudica muito, porque o galpão da Paraíba, por ser um galpão de papeleiro, a Prefeitura não dá uma olhadinha lá. Nós estamos com lixo lá desde o tempo da cheia. Eu já pedi diversas vezes para a Prefeitura ir lá fazer uma limpeza, por que não vai? É porque nós somos carrinheiros, e os carrinhos são assim ó, não dão bola para eles. Outra, a gente faz um trabalho gratuito para a Prefeitura, a gente puxa toneladas e toneladas de material reciclável lá para a comunidade que tem o destino certo. O que acontece? Carrinheiro não tem vez. Eu acho assim, a Prefeitura em vez de tirar a pedra do

nosso caminho, ela bota pedra, multando condomínio, multando lugares que dão... Eu tenho um papeleiro aqui também que está aí, ele puxa papel, vamos ver onde é que ele está... ele puxa carrinho há mais de 30 anos. O senhor acha que ele vai querer trabalhar em uma UT? O que acontece com as UTs? Nas Uts, o cara vai trabalhar lá dentro, ganha um salariozinho desse tamanhinho assim, R\$ 250,00 por quinzena. Qual é a pessoa que vai ganhar 500 pilas por mês para sustentar a família?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ANTÔNIO VIANA CARBONEIRO: Mas eu tenho que falar também, né? Eu já sou por último aqui.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Fala, Antônio.

SR. ANTÔNIO VIANA CARBONEIRO: Eu vou parar agora, eu só quero dizer assim ó, eu queria que essa lei fosse excluída de Porto Alegre. (Palmas.) Porque dizem que é um serviço que a pessoa desgasta energia, se vocês encontrarem um papeleiro na rua com meio carrinho de papel, como é que ele vem? Ele vem triste, jururu; agora se vocês veem um carrinheiro com o carrinho lotado até em cima, ele vem pulando cantando e saltitando. Então é isso o carrinheiro, a gente quer ter... (Palmas.) a gente quer ter o direito de trabalhar sem estar se cuidando da SMIC, se cuidando da Guarda Municipal, nós queremos é trabalhar, não estou pedindo mais que isso. Nós pedimos trabalho, e é um trabalho decente. E quem é o meu povo, a maioria do povo que eu tenho, que puxa carrinho? É o negro, é o desdentado, as mulheres carrinheiras que são chefe de família, é isso aí. E também tem aquele, que nem o meu presidente falou, meu vice falou, que já teve uma mancha na justiça, e a sociedade não dá oportunidade. Então eu peço aos vereadores, eu sei que nesta Casa aqui eu sempre fui bem recebido, e todos os vereadores aí o meu abraço a eles. (Palmas.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): Obrigado, Antônio. Pessoal, nós estamos num baita adiantado de hora, vou chamar rapidamente para as pessoas ficarem em três minutos.

O Sr. Anderson Dias, que é carrinheiro, está com a palavra.

SR. ANDERSON AGOSTINI DIAS: Boa tarde a vocês, boa tarde a todos, também a todos os carrinheiros que temos aqui. Eu sou da vila dos papeleiros lá, eu trabalho na reciclagem, até o dono está aí, mas não vou citar nome. E todos que estão aqui é porque querem trabalhar, entendeu? No caso disso daí, nós queremos a revogação, porque assim ó, se proibirem os carrinho, um exemplo, assim, dizendo para vocês uma pergunta, pensem na cabeça de vocês, do que vão sustentar a família? Vão começar a roubar, porque não tem o que fazer. Nós só queremos... não adianta ficarem enrolando, entendeu? Não adianta chegar aqui, debater, debater, debater, tem que revogar isso! Não adianta vir aqui, daqui três, quatro meses, ou um ano, dois anos, que vocês vão enrolar, estão enrolando, vão ficar adiando, adiando, nós queremos que vocês resolvam, revoguem logo, entendeu? E não precisa... e outra que vocês estão falando: "Ah vão lá dar assistência na reciclagem, vão dar isso na reciclagem", não, isso daí vocês querem ir lá dar assistência para vocês ganharem. Então, não precisa, só revoga; lá nós cuidamos. A reciclagem é nossa, então nós cuidamos, só nos deixem trabalhar! (Palmas.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): Obrigado, Anderson. Eu passo a palavra imediatamente ao Fagner...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. FAGNER ANTONIO JANDREY: Pessoal, boa tarde, eu quis me levantar porque eu quero falar para as pessoa que estão aqui. Eu sou o Fagner, eu sou catador também desde 2003. Comecei cantando na rua lá em Santa Cruz; a gente não tinha carrinho, e foi o povo de Porto Alegre que mandou um carrinho

lá que nós começamos a trabalhar em oito pessoa, puxar carrinho. Criamos uma associação e fizemos uma luta. O Zé conhece bem essa história, participou dessa história lá. E eu queria dizer para vocês que eu me forjei catador na luta aqui de Porto Alegre contra as carroça, cansei de vir aqui para Porto Alegre, o Adeli sabe dessa história, participou dessa história também, a gente lutou muito para que não fosse aprovada a lei contra a proibição das carroças, e entrou a proibição dos carrinheiros também. Então, essa luta não é de hoje, sabe? Essa luta vem de muitos anos e parece que a gente está sempre repetindo essa história, é meio que cansativo vir aqui de novo e falar sempre a mesma coisa e falar sempre o óbvio, que as pessoas têm direito de trabalhar. Eu não sei assim que mundo que vive esse pessoal da Prefeitura de Porto Alegre, entendeu? Porque está indo na contramão do mundo inteiro, do mundo inteiro. Agora, a gente sofreu a pior enchente que teve aqui no nosso País, que ferrou a vida de todo mundo, que mostrou a importância de cuidar da natureza. E aí vêm querer proibir os caras que estão e as pessoa que protegem a natureza, que cuidam da natureza, que cuidam da natureza. (Palmas.) Não tem lógica isso; é uma coisa que vai contra a inteligência, não tem como conceber uma história dessas. Então, a primeira coisa é proibir? Não! Revoga essa lei, para com essa história de proibir. Isso é um pensamento muito atrasado, arcaico, criar uma lei dessas e manter isso por tanto tempo. Mas aí tem um outro ponto também, que é importante falar: essas propostas de querer trocar de profissão, isso aí não é proposta para apoiar; isso é proposta para exterminar uma profissão. E está lá: catador e catadora é uma profissão, está na CBO. Nós somos profissionais no que fazemos e fazemos muito melhor que as empresas que ganham milhões, e nós não ganhamos nada. Imagina se a gente recebesse para fazer o serviço que a gente faz. Se, do jeito que a gente faz, nas condições que a gente faz, faz muito melhor que as empresas, imagina como seria se nós recebêssemos para fazer.

Então, é isso, a gente não quer deixar de ser catador, nunca vai querer deixar de ser. É um orgulho. Eu tenho orgulho de ter escrito na certidão dos meus filhos: pai – catador de material reciclável. Eu brigo nos lugares para falar que eu sou

catador e que eu tenho orgulho de ser catador. E outra, as pessoas, talvez os mais jovens, só não têm desejo de seguir essa profissão porque, é isso, nunca tiveram apoio. A partir do momento em que tiverem apoio, política pública e investimento de recursos para que o nosso trabalho continue, seja cada vez mais forte, é claro que os nossos filhos, os nossos netos vão poder continuar fazendo esse serviço. É claro! Só não vão querer porque está nessa situação de precariedade, de abandono, de extermínio, de perseguição.

Para terminar, queria trazer um exemplo aqui, que tem um outro fator também: a gente precisa receber pelo serviço que a gente faz. Nós estamos prestando um serviço público para o Município, de graça, e nós precisamos receber. Tem exemplos, por exemplo, em Bogotá, na Colômbia, e na Argentina, onde os catadores de rua recebem para fazer isso que a gente faz. E essa proposta de enfiar todo mundo dentro de um galpão não funciona. Uma política de reciclagem séria, de inclusão de todos os catadores e catadoras, tem que organizar incluindo todo mundo: os catadores e catadoras de rua e o pessoal que trabalha nos galpões. Tem que tocar todo mundo dentro dessa história, mas com dignidade, com investimento e com pagamento pelo serviço prestado. É isso o que a gente defende.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Obrigado, Fagner Jandrey. O próximo inscrito é Heitor de Souza, que é carrinheiro. Por favor, com a palavra.

SR. HEITOR DE SOUZA: Eu só queria perguntar uma coisa para o prefeito: faz 50 anos que eu puxo carrinho, criei meus filhos puxando carrinho. Se ele me tirar o carrinho agora, o que eu vou fazer? Vou para a porta do mercado pedir? Não, né! Se eu for, eu vou preso ou vou passar fome. É isso o que eu queria falar.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Obrigado, Heitor. O próximo é José Pedro Soares, da Associação dos Moradores da Beira do Rio.

SR. JOSÉ PEDRO SOARES: Sou José Pedro, presidente da Associação dos Moradores e Amigos da Vila da Beira do Rio. Lá, tem 54 famílias que trabalham com reciclagem e que hoje são proibidas de trabalhar. Eu queria dizer o seguinte: essa lei tem que ser revogada imediatamente e deixar o povo trabalhar. Deixa o povo trabalhar, porque o povo precisa, o povo está passando fome, e a Prefeitura está cada vez mais esmagando esse pessoal. Então, tem que revogar essa lei para o povo poder trabalhar. É isso.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Obrigado. Juliano Proença Delgado, da Associação Desabafa, está com a palavra.

SR. JULIANO PROENÇA DE ANDRADE: Sou Juliano. Deixa pegar o microfone, senão não vou falar.

(Manifestações sobrepostas. Ininteligíveis.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): Pessoal, pode passar o microfone para ele, senão nós vamos ter problemas. Obrigado.

SR. JULIANO PROENÇA DE ANDRADE: Meu nome é Juliano, sou papeleiro há muitos anos. Quando entrou este prefeito, eu não tenho nada contra o prefeito e nem ninguém, mas eu ando pela cidade, eu cato na Av. Assis Brasil, eu faço a Redenção, e que eu noto? De manhã, passa o caminhão da reciclagem; depois, passa um caminhão do DMLU catando tudo o que tem. Eles não reciclam, gari não recicla. Esse povo que está aqui, cada papeleiro, digo que, por semana, tira uma tonelada de lixo de reciclagem. Agora, tu imaginas quantas toneladas tem aqui por dia, fora os que não vêm, que têm vergonha, que ficam oprimidos. Não tem como nos tirar; a Prefeitura de Porto Alegre não recicla 20% do lixo que vem de Porto Alegre, não recicla. Somos nós, são eles, é o saquinho nas costas, são os carrinheirinhos, somos nós que reciclamos esse lixo, moço. Como é que vai tirar a nossa fonte de renda? Vai tirar essa mão de obra aqui, ó, que vem de

anos. A Prefeitura começou a botar caminhão faz poucos anos; nós já viemos antes salvando o planeta. Essa tragédia toda é porque o lixo vai para o esgoto, a cidade só está limpa por nossa causa. (Palmas.) Se não fosse a gente, essa cidade seria um lixo, pois não tem caminhão para reciclar tudo isso, para catar tudo isso. Não tem. É a minha opinião humilde de papaleiro há anos.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Obrigado, Juliano. Nós temos ainda cinco pessoas inscritas, e queremos que o pessoal fale sucintamente para que todos possam falar. O próximo inscrito é o Leonel.

SR. JOSÉ LEONEL DE CARVALHO: Quero saudar a Mesa, companheirada da Mesa, saudar os médicos e as médicas do planeta. Pessoal, agora eu estava ouvindo aqui o Freire, o pessoal vai fazer um censo para conhecer vocês, para saber o que vocês comem, o que vocês vestem, quem é gremista, quem é colorado. Quer dizer, no final do governo eles vão fazer um censo para conhecer vocês. Quero dizer, Freire, que infelizmente esse censo é o seguinte: não vai ser o teu governo que vai saber como é que o pessoal é. (Palmas.) Porque, com certeza, nós acompanhamos esse processo por 16 anos, pessoal, 16 anos. Então, aqui pessoal, legal, acho que tem que gritar "revoga". Só que é o seguinte: quem é o autor dessa lei? Vocês sabem quem é o autor dessa lei? É o Melo, pessoal, então ele não vai revogar essa lei. A solução é mandar o Melo para casa. (Palmas.) Está bem? Vou dizer aqui, para não mandar ele para outro lugar, vou mandar ele para casa. Aí depois, a justiça vê a questão de mandar ele para a cadeia, porque tem morte nas costas, tem pessoal da pousada que morreu, tem a secretária que está presa, a secretária da educação já está em cana. (sic) Então, a gente espera que depois que o Melo for para casa, o próximo passo dele seja o presídio de Canoas ou Presídio Central. Aí, pessoal, não tem. Nós temos que trocar esse governo. É o seguinte, pessoal: não é revogar a lei, é pegar e rasgar essa lei, ela deve ir lá para a reciclagem para vocês enterrarem ela. É isso, boa luta para todos e forte abraço. (Palmas.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): Pessoal, vamos nos concentrar nessa questão para que a gente possa terminar o nosso trabalho do dia de hoje. O próximo inscrito é o Sr. Brunno.

SR. BRUNNO MATTOS: Boa tarde, companheirada. É uma satisfação estar aqui com vocês, cumprimentar cada médico da natureza, cumprimentar aqui a Mesa, cumprimentar o Ver. Adeli Sell, o Ver. Gimenis, o Ver. Alvoni Medina, a companheira Biga...

VEREADOR ADELI SELL (PT): Pessoal, por favor.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Não vamos ter ódio, pessoal, vamos respeitar, aqui é uma comissão. Não é porque é Casa do Povo que a gente tem que fazer bagunça.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Pessoal, eu vou pedir encarecidamente com o presidente aqui, com a Biga, com os Gimenis. Por favor, vamos acalmar os ânimos. O próximo inscrito é o Brunno.

SR. BRUNNO MATTOS: Sou o secretário-geral da União das Associações de Moradores de Porto Alegre. Quero começar aqui cumprimentando cada companheiro, cada reciclador, cada médico e médica da natureza. Quero cumprimentar aqui o presidente Alvoni Medina, Biga, Adeli, Gimenis, e dizer que é lamentável que, num espaço democrático de debate, esse tipo de situação aconteça. É lamentável que se tenha que cercear o direito e a voz daqueles que protegem a natureza, daqueles que só fazem o bem para a nossa cidade. E assim, esse lance de não deixar a gente pegar o microfone tem um nome: é racismo, racismo institucional. (Palmas.) Tem um nome, porque a maioria daqueles que usaram o microfone aqui são negros, são negras, são trabalhadores. E se tem uma coisa que a Prefeitura de Porto Alegre está fazendo é perseguir trabalhador. O Branco foi preso exercendo a sua profissão,

exercendo o seu direito de viver, de alimentar sua família, de sobreviver nesta cidade que é tão dura. A gente precisa aqui ter ciência de quem está contra nós, quem está contra as comunidades, quem está contra os médicos da natureza, tem nome e sobrenome. E para a gente revogar essa lei, como o Leonel falou aqui muito bem, tem que mandar ele (*sic*) para casa em outubro, tem que mandar para casa. (Palmas.) Não tem mais como continuar dessa forma. Não tem. A gente vai mandar para casa e vai voltar a fazer uma Porto Alegre para aqueles que trabalham, para aqueles que cuidam da natureza. A gente tem que pensar de uma forma coletiva. A gente tem que pensar, em vez de estar proibindo o trabalhador de trabalhar, em dar mais condições, dar EPI, da formação, dar qualificação. Pensar em usinas de biocombustíveis, por que não? Por que para os catadores só sobra o que tem de pior e a perseguição? Porque são negros, porque são pobres? A mim parece que sim, então companheirada, vamos continuar firmes, vamos revogar essa lei que nos persegue, e vamos para a vitória em outubro. (Palmas.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): Pessoal, nós temos apenas dois inscritos. Peço que as pessoas se atenham ao tema e que a gente possa, no final... Tenho certeza absoluta de que esta comissão já entendeu o recado, a preocupação e nós vamos encaminhar democraticamente o que tem que ser encaminhado. O Sr. Cardos Eduardo Rodrigues está com a palavra. Diga nome completo, por favor.

SR. CARLOS EDUARDO RODRIGUES: Meu nome é Carlos Eduardo Rodrigues. Foi comigo que aconteceu o fato de eu ser preso, eu fui preso trabalhando, sustentando a minha família, com essa gestão, eu nunca vi uma coisa, a gente ser ladrão de lixo, como eu fui acusado. Eu fui acusado por essa gestão do Sebastião Melo como um ladrão. A gente não está aqui pedindo para se esconder de trabalhar. A gente está pedindo trabalho, para nós trabalharmos dignamente. Todo mundo sai aqui, 6h/7h da manhã, todo mundo, para sustentar suas famílias. Aí veio o prefeito, de uma capital do Estado do Rio Grande do Sul,

falar que a gente é ladrão de lixo! Isso que eu não entendo. Eu fui preso, eu fui algemado por levar o sustento da minha família. Aí é isso que a gente quer, a gente quer trabalhar dignamente, porque a Prefeitura está perseguindo nós, no nosso setor de trabalho. É bem a real. Eles estão perseguindo nós! Eles me multaram em R\$ 3 mil! Da onde eu vou tirar R\$ 3 mil se eles não deixam eu trabalhar para pagar eles? Eu não tenho dinheiro para pagar eles, se eles me multarem em R\$ 3 mi. Era isso que eu tinha para falar. É “Fora, Melo”. (*sic.*)

VEREADOR ADELI SELL (PT): Obrigado, Sr. Carlos Eduardo. Pessoal, para fazermos o fechamento vou passar ao Guarnieri, depois nós vamos fazer o encaminhamento. Como já disse, nós temos aqui um rascunho de um primeiro projeto de lei que trata dessa questão da proibição. Nós faremos os encaminhamentos, já vou adiantar aqui, se o Guarnieri concordar, que ele assumo, junto com as assessorias dos vereadores da comissão, junto com a Dra. Tânia, que ajudou a fazer esse rascunho inicial, depois vocês acertem um horário de se encontrar. Tudo aqui foi anotado, eu acho que vai numa mesma direção e sem passionalismo nós vamos conseguir fazer com que cada catador, cada carrinheiro, cada reciclador tenha uma vida digna e possa sustentar suas famílias. O Sr. Paulo Guarnieri está com a palavra para os encaminhamentos.

SR. PAULO GILBERTO DE MORAES GUARNIERI: Eu até vou levantar para enxergar o pessoal e dizer o seguinte: gente, por favor, assim com todo carinho, eu trabalhei 12 anos aqui na Câmara, então eu conheço como é que funciona a Câmara, eu tenho muita experiência nisso. Então, com toda fraternidade, essa proposta que eu apresentei aqui foi pensando em todas as possibilidades. A gente precisa conhecer muita coisa que a gente em pouco tempo não dá para explicar tudo. Por exemplo, coisas que vocês talvez passem despercebidas e que foram propostas por Sebastião Melo, ele é o prefeito. O prefeito tem 26 votos dos 36 votos na Câmara. A oposição tem dez. A oposição é certo que vota conosco. Desde o ano passado até hoje, desde 14 de novembro até hoje, os vereadores do bloco do governo que já me disseram que votam com a gente são

cinco. Então, nós temos que contar os votos, gente! Aqui ganha a maioria dos votos. Então nós temos 15 votos em 36; temos 21 votos contra; e nós queremos revogar a lei que eles fizeram. Esse é o quadro. É um quadro difícil. Essa conta não fecha. Agora tem muito mais coisa envolvida. Essa lei foi proposta em 2005 pelo então Ver. Sebastião Melo, como a lei das carroças: ela proíbe as carroças. Na semana em que ela entrou na tramitação para ser votada em 2008, foram incluídos os carrinhos, sem discussão nenhuma, ninguém ficou sabendo, e foi aprovada. Então, revogar essa lei é permitir que as carroças voltem para rua, e aí, gente, nós vamos votar contra a aprovação da nossa lei? Todo pessoal que é protetor do meio ambiente, todo pessoal que quer andar com seus carros na rua sem ter o perigo de um cavalo atropelar, então, nós vamos movimentar muito interesse da sociedade contra a aprovação da revogação da lei, porque ela vai revogar também a proibição das carroças; não é só a dos carrinhos.

O Ver. Adeli Sell, que é um *gentleman*, ele não quis usar a posição que ele tem ali de vantagem, para dizer que ele tem um projeto de lei de revogar só o veículo de tração humana. Agora, gente, perfeito, bacana, por que o Ver. Adeli Sell pediu essa reunião para que a gente apresentasse outro projeto para confrontar o dele? Porque a gente conseguiu explicar para ele que tem outras coisas que a gente precisa muito mais do que revogar essa proibição, que é a nossa admissão dentro da política municipal de resíduos recicláveis, para a gente poder ser profissionalizado, para a gente poder receber para trabalhar, para ter dignidade no nosso trabalho, ter local, espaço adequado, que não polua o meio ambiente, que não cause impacto de vizinhança, para a gente poder trabalhar e produzir em paz. Isso se chama programa. Essa Lei 10.531 cria um programa, certo? O art. 2º da Lei 10.531 tem um parágrafo único que diz o seguinte – eu vou de memória: estão incluídas nas ações da Prefeitura para os cadastrados, a qualificação dos cadastrados para fazer a coleta, separação e reciclagem. Isso está no § 2º da Lei 10.531 e não entrou no programa. Não entrou no programa. Por que não entrou no programa? Não entrou no programa simplesmente para terceirizar a coleta, que tira o trabalho do catador, e não viabilizar a maior possibilidade de agregar valor no nosso trabalho, que é a reciclagem. Um galpão

de reciclagem não consegue 70, 80 mil para investir numa máquina para picar plástico, agora, para o poder público investir 70, 80 mil num galpão, é barbada, gente! Então, nós temos que ter um programa para isso. A lei cria o programa, manda incluir a reciclagem, e manda incluir a coleta, o catador. Então, o que nós queremos da Câmara? Que a Câmara, por lei, mande a Prefeitura incluir no programa de Porto Alegre a coleta e a reciclagem, porque aí nós teremos os nossos catadores incluídos na política municipal. Não é a simples revogação, entenderam? Essa é a jogada, é procurar usar essa lei, mesmo capenga do jeito que ela é, em nosso favor, construindo, obrigando a Prefeitura a construir um programa que definitivamente nos inclua e não precise vir mais uma vez pedir a prorrogação. É isso.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Obrigado. Pessoal, eu vou passar a palavra ao presidente da comissão para fazer o encerramento. Eu consultei aqui os colegas da mesa, a gente vai fazer os encaminhamentos na perspectiva colocada aqui, com a coordenação, se vocês concordarem, com o representante Guarnieri, e as assessorias aqui dos vereadores. Se vocês concordarem, eu já passo para o Ver. Alvoni para fazer a conclusão. Obrigado.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Vocês aceitam, segundo o nosso comandante Guarnieri? Podemos fazer assim? (Pausa.) Podemos. Então, pronto. Depois, juntamente com o **Luiz**, com o Leonardo, e com a nossa assessoria jurídica, sentem, conversem, e vamos então elaborar para que nós possamos dar uma resposta e trazer realmente o que vocês precisam como como trabalhadores, como recicladores, como médicos da natureza, porque precisamos do trabalho de vocês realmente respeitado pelo poder público e por toda a sociedade porto-alegrense, porque o trabalho que vocês prestam para a sociedade é fundamental. Se os nossos governos investissem no trabalho de vocês, na melhoria de condições, e dar até um salário digno, porque vocês trabalham para a sociedade, para melhorar a vida das pessoas, e ter lugares. Freire, leva para o nosso prefeito, porque a gente sabe que quanto melhor forem

as condições para os trabalhadores, melhor vai ser para a cidade. Reciclagem tem que ter um lugar digno para que as pessoas possam trabalhar, possam entrar ali e fazer o trabalho que elas fazem de melhor, de excelência para a cidade, porque existem locais onde eles trabalham, que é indigno eles estarem ali dentro, como seres humanos, como pessoas que sustentam suas famílias e que dão dignidade para os seus filhos, que dão faculdade, que dão direito a seus filhos estudarem e lá na frente serem o que eles bem quiserem ser. Eu vejo que falta esse tipo de olhar, ver o que se pode fazer para melhorar a condição de trabalho dessas pessoas, programas, ajudá-los a melhorar a condição de vida, para que eles possam ir para a rua trabalhar sem ficar preocupado que alguém vai tirar o seu carrinho, que ele vai para a rua com medo de trabalhar. Eles têm que ir para rua trabalhar com dignidade, com respeito e serem respeitados como seres humanos, como pessoas. Então, nós vamos fazer junto aqui com a comissão, todos os vereadores da comissão, são seis vereadores, eu tenho certeza que todos os seis vereadores vão assinar junto. Eu, como presidente, assino junto também, porque eu quero que vocês tenham dignidade como seres humanos. (Palmas.) Dou por encerrada mais uma reunião da CEDECONDH. Um abraço a todos, que Deus abençoe, uma boa volta a todos para as suas casas.

(Encerra-se a reunião às 15h49min.)